

25 NOV 1987

Out 98

Ou eleições ou o desconhecido

ESTADO

DE SÃO PAULO

Em conjuntura carregada de presságios como a atual, é particularmente grave uma declaração do deputado Expedito Machado, do *Centrão* e peemedebista. Assustado, saindo do Palácio do Planalto depois de um encontro com o presidente José Sarney, o parlamentar cearense não usou meias-palavras para afirmar, referindo-se ao presidente: "Ele está divorciado da política e isto é um perigo muito grande para a consolidação do processo democrático, se chegarmos lá". O deputado censurou o comportamento do chefe do governo, com o qual tratou exclusivamente de assuntos administrativos. Quereria o sr. Expedito Machado dizer algo mais do que enunciam as palavras transcritas? Pois a verdade é que o divórcio a que aludiu, por tudo o que se observa, não concerne apenas a um afastamento do sr. Sarney da ação política, em que não consegue inserir-se de modo a exercer a influência natural que decorre dos poderes de que dispõe. Sucede mesmo que s. exa. ou abre mão do recurso a tais poderes ou se vale deles para prejudicar a conquista dos objetivos que se traçou! Os exemplos estão aí, repetem-se quase

com monotonia, são mais do que comprometedores.

O presidente da República fez saber que queria governar por cinco anos e promoveu até uma reforma ministerial parcial para fortalecer-se no Congresso, onde crescia a corrente que se empenhava em fixar em quatro anos a duração do mandato do titular do Planalto. Mas a reforma operou ao revés: concluindo-a, enfraqueceu-se a ponto de perder, na Comissão de Sistematização, a peleja que travava a fim de que, no texto do substitutivo enviado ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, prevalecesse o ponto de vista do quinquênio; e foi aprovado o quadriênio... Que traduz essa conduta senão divórcio da realidade por parte de alguém que viveu longamente os embates parlamentares, foi deputado federal, senador e governador, presidiu seu partido, então "o maior do Ocidente", e, na Presidência da República, tinha obrigação de exibir outro tipo de conhecimento?

Não pode o presidente desconhecer a aversão da opinião pública à Ferrovia Norte-Sul. Pois bem, na semana passada, muitos milhões de espectadores da televisão o viram e ou-

viram dizer, tonitruante, que construirá essa estrada de ferro, "do a quem doer, custe o que custar". É de estarrecer! Se ainda se pode, dentro das perspectivas sombrias deste momento, comentar esse lance com bom humor, cabe assinalar que quanto à despesa todos estão informados sobre qual será, tão vultosa quanto inútil — e por aí se deduz como é inútil. O problema é o do a quem doer, pois já não se agüentam mais as caneladas e as cutiladas desferidas pelos poderosos do dia nesta etapa de profunda crise nacional, encurralado o povo em autêntico vale de lágrimas, a chorar mágoas sentidas porém sem ser ouvido por quem deveria socorrê-lo, em vez de perseguir-lo e vergastá-lo.

Por tudo isso é preciso, reiteradamente, insistir na necessidade de uma solução a curto prazo para o gigantesco impasse político-institucional em que o País se debate, a partir desse dado incontestável: o chefe do Executivo atua de modo a criar dificuldades, nunca a solucionar aquelas que, normalmente, teria de superar; e, depois de criá-las, agrava-as mediante procedimentos estranhos que revelam alienação das circunstâncias, erros de julgamento

das pessoas, falta de apego ao que se passa ao redor — o que configura o divórcio denunciado com certa timidez ou com alguma reserva pelo deputado Expedito Machado.

Não foi à toa que o deputado Bernardo Cabral, recentemente, referiu-se à possibilidade de, terminados os trabalhos da Constituinte, processar-se ampla consulta às urnas, visando à escolha de novos representantes para desempenhar o mandato eletivo, tanto no Executivo quanto no Legislativo. Na verdade, as *diretas-já* é necessidade imperiosa, porque como está não pode ficar. Aliás antes do advento da "ruptura institucional", a que se reporta com temor o senador José Richa, considerando-a mais do que possível, quase mesmo provável, melhor será pedir ao povo que se pronuncie e, na vacância da autoridade, indique novos nomes para ocupar o poder. Se não for assim, corre-se o risco de, sobrevivendo a desordem, o País retroceder no rumo do autoritarismo. Ninguém duvida: joga-se nestes dias a sorte da transição democrática; e, ou se apressa o encerramento dela com a imediata abertura de urnas livres, ou se desce pelo plano inclinado que leva ao desconhecido.